



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

EDITAL Nº 05/2021

**Madalena Castro, Presidente da União das Freguesias de Oeiras
e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias**

FAZ PÚBLICO que a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, na sua reunião extraordinária realizada em 25 de março de 2021, e mediante Deliberação do Executivo n.º 27/2021, de 4 de março, tomou conhecimento do **Relatório de Avaliação do Direito de Oposição**, que seguir se transcreve:

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2020

Aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 Maio, o Estatuto do Direito de Oposição assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.

Tal atividade materializa-se e desenvolve-se no direito à informação, no direito de consulta prévia sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades, no direito de participação e no direito de depor.

De acordo com o artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que reportam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes do referido Estatuto.

Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que sobre eles se pronunciem.

Ora, além de outros mencionados no artigo 3.º do referido Estatuto, são titulares deste direito as forças políticas representadas nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais que não estejam representadas no correspondente órgão executivo. É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

No caso desta União das Freguesias, após o ato eleitoral que decorreu no dia 1 de outubro de 2017, e a tomada de posse e eleição dos vogais da Junta de Freguesia, no dia 24 de outubro, o Movimento de Cidadãos Isaltino – Inovar Oeiras de Volta IN-OV é a única força política representada no Órgão Executivo da Junta de Freguesia.

Nos termos do artigo 3.º da Lei 24/98 de 26 de Maio, são titulares do direito de oposição na Assembleia de Freguesia, o Movimento de Cidadãos Oeiras mais à frente (IOMAF), representado com três elementos, o Partido Socialista (PS) representado com dois eleitos, o Partido Social-Democrata (PSD) representado com um eleito, o Centro Democrático Social (CDS) representado com um eleito, Coligação Democrática Unitária (CDU) representada com um eleito, o Partido dos Amigos da Natureza (PAN) representado com um eleito e o Bloco de Esquerda (BE) representado com um elemento eleito.

Nestes termos, no que concerne ao âmbito de aplicação às Autarquias Locais e sentido interpretativo do citado normativo legal, o presente relatório será distribuído aos representantes dos partidos políticos nos órgãos representativos da Freguesia (Junta e Assembleia de Freguesia).

Assim, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e nos termos da alínea tt) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, relatam-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos.

A – DIREITO À INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2020, os titulares do direito de oposição da União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pela Presidente da Junta, tanto de forma expressa, como verbal, nas sessões ordinárias e extraordinárias anuais da Assembleia de Freguesia e nas respetivas respostas dadas durante as sessões, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público da Freguesia e do Município, relacionados com a sua atividade, bem como divulgada toda a informação de interesse público, quer no website, que nas redes sociais da UFOPAC.

A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito da alínea d), g), s) e v) do n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a saber:



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

- As informações escritas relativas à atividade da Junta a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia de Freguesia antes de cada sessão daquele órgão; a resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia de Freguesia; a resposta, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos da Freguesia; a promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; publicação, após aprovação, de documentos oficiais do órgão executivo e deliberativo da UFOPAC;
- A remessa à Assembleia de Freguesia da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza que tenham sido enviados pelo Município ou por outras entidades.

B – DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

No ano civil de 2020, o Executivo da Junta de Freguesia assegurou o cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 5.º da Lei 24/98 de 26 de maio e foram consultadas todas as forças políticas sobre a elaboração das GOP – Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades e Orçamento).

A Presidente da UFOPAC, através dos ofícios com as referências números 464 a 470, datados de 18 de novembro de 2020, enviados por email, convidou todos os representantes das forças políticas com representação na Assembleia de Freguesia, a exercerem o seu direito de participação, tendo a reunião sido realizada no dia 27 de novembro de 2020.

Neste contexto, responderam o PAN - Pessoas, Animais, Natureza e a CDU -Coligação Democrática Unitária, com propostas que são da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras, enquanto titular e gestora do espaço público, nomeada e sinteticamente:

- PAN – sugeriu a criação de mais Parques Caninos, que estão em desenvolvimento de projeto e construção, e de reforço de outros equipamentos. Como é do conhecimento geral a instalação de todo o tipo de equipamentos no espaço público (bebedouros, dispensadores para sacos de dejetos, bancos de jardim, abrigos para utentes do transporte público etc.), são da responsabilidade da Câmara Municipal, titular e gestora do espaço público.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

CDU – “...Acresce o facto de estarmos, num contexto em que os desajustados recursos da nossa Junta de Freguesia, perante uma situação em que a pandemia não desarma e, assim, julgamos que todo o esforço deverá ser dirigido para equilibrar a necessária resposta à situação com a gestão corrente. Acresce ainda que, por se estar a menos de um ano do fim do mandato, não se afigura que se possam tomar medidas de fundo, resolvendo o que não foi resolvido no tempo que decorreu até aqui...”

Foram ainda registadas algumas propostas de cidadãos e das forças vivas da União de Freguesias, que ao longo do ano nos transmitiram as suas aspirações e contributos.

As GOP e Orçamento foram elaboradas com base na colaboração e participação da Presidente e Executivo, serviços de assessoria, contabilidade e jurídico, que constitui para além de uma exigência legal e de racionalização da atividade Autárquica, o instrumento ideal de controlo da própria atividade da Junta de Freguesia.

Os mesmos foram, inclusivamente, aprovados nos prazos legais.

C – DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

No período em apreço, o Executivo e a sua Presidente procederam, atempadamente, ao envio de informações pertinentes e dos respetivos convites aos membros eleitos da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e para o desenvolvimento desta União de Freguesias, pese embora a maioria deles tenham sido cancelados a partir de 10 de março de 2020.

Paralelamente, foi ainda assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

Também neste período foram ouvidos os cidadãos eleitores que nos apresentaram propostas, quer pessoalmente, quer em reuniões, assim como as Forças Vivas da União, através de reuniões ou encontros pontuais e também com a representatividade que este Executivo tem nos diversos eventos que apoia ou em que participa.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

D – DIREITO DE DEPOR

Uma vez que os eleitos locais acima referidos não intervieram em qualquer comissão para efeitos do artigo 8.º do Estatuto, não esteve o Executivo sujeito a qualquer obrigação neste domínio, pelo que nada há a referir em relação ao exercício deste direito durante o período em apreço.

CONCLUSÃO:

Face às linhas de atuação atrás expostas, entende-se que foram asseguradas pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, durante o ano 2020, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.

Nestes termos, em cumprimento do artigo 10.º, conforme disposto nos pontos n.º 1 e n.º 2 do Estatuto do Direito da Oposição, determino que este relatório seja enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e aos Partidos políticos/Movimentos de cidadãos, titulares do direito de oposição, e que este Relatório seja publicado na página eletrónica da Junta de Freguesia através de edital, após apreciação da Assembleia de Freguesia.

Oeiras, 26 de fevereiro de 2021. - A Presidente, *Madalena Castro*.

E, para constar, se passa o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Oeiras, Sede da União, 29 de março de 2021

A Presidente

Madalena Castro

